

Com contas bloqueadas por Bretas, bancas vêm passando dificuldades

Com bens e valores [bloqueados](#) pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, escritórios e advogados vêm passando dificuldades financeiras e perdendo clientes.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Marcelo Bretas ordenou o bloqueio de bens de advogados e escritórios
Fernando Frazão/Agência Brasil

Em investigação de supostos desvios de R\$ 151 milhões, os bloqueios determinados pelo juiz ultrapassaram R\$ 1 bilhão. Ele justificou os valores aplicando a cobrança de "danos morais coletivos" ao montante que teria sido recebido ilegalmente por escritórios — o que não poderia ter sido feito em ação penal, segundo entendimento da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal.

Os bloqueios vêm complicando a operação dos escritórios. Algumas bancas, especialmente as maiores, estão com dificuldades para pagar os salários de funcionários e gastos correntes, como aluguel. E isso está afetando a vida pessoal dos advogados.

Além disso, clientes de *compliance* estão abandonando as firmas ou deixando de firmar contratos de prestação de serviço com elas. Um advogado ouvido pela **ConJur** disse acreditar que fazer os escritórios perderem clientes era um dos objetivos do ataque à advocacia comandado por Bretas.

Decisão de Gilmar

Em 3 de outubro, o ministro do Supremo Gilmar Mendes [suspendeu](#) a ação penal e todas as demais medidas cautelares relacionadas ao processo contra a advocacia.

Dois advogados requereram ao STF a ampliação dos efeitos da decisão de Gilmar para suspender os efeitos do decreto que bloqueou seus bens. Eduardo Filipe Alves Martins e Ana Tereza Basilio fizeram pedidos semelhante, o da advogada limitado ao excedente bloqueado por Bretas.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, [manifestou-se](#) contra os pedidos de desbloqueio de valores. Segundo ele, ainda que a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro não seja o juízo absolutamente competente para processar o ataque contra a advocacia, é necessário e juridicamente possível preservar as decisões que ordenaram o bloqueio de bens de advogados. Isso com base no

interesse público e para resguardar o resultado da ação penal.

Abusos e ilegalidades

Em cobertura extensiva, a **ConJur** vem apontando abusos e ilegalidades flagrantes no ataque comandado por Bretas contra advogados. Com [mandados genéricos](#) e sem a devida especificação e individualização, foram ordenadas buscas em [33 endereços residenciais](#) de advogados, com claro intuito de intimidação dos profissionais.

Além disso, Bretas invadiu a competência do Superior Tribunal de Justiça ao determinar o cumprimento de mandados na casa de três desembargadores: [um deles](#) com mandato no TRE de Alagoas; outro, do TRF-2, [casado](#) com uma advogada; e ainda uma terceira, do TRF-3, [também casada](#) com um advogado. O bote motivou manifestações de repúdio no meio jurídico.

A investida ainda tem [erros de competência](#), já que a Fecomercio é uma entidade privada e deveria ser investigada pela Justiça Estadual; e de [imputação de crimes](#), já que seus dirigentes não podem ser acusados de corrupção nem peculato. Em outra vertente há quem entenda que, por pretender investigar ministros do STJ e do Tribunal de Contas da União, a competência seria do STF.

Causou estranheza também o fato de Bretas ter aceitado a denúncia contra parte dos alvos [praticamente ao mesmo tempo](#) em que ordenou o cumprimento de mandados de busca e apreensão. Segundo especialistas, ou a denúncia estava bem fundamentada, dispensando a busca, ou ainda precisava de elementos comprobatórios, e não deveria ter sido acatada. O Ministério Público Federal do Rio alega que as duas frentes foram abertas porque a [investigação ainda está em curso](#).

O ataque se baseia na delação do ex-presidente da Fecomercio do Rio de Janeiro Orlando Diniz. O empresário já foi preso duas vezes e vinha tentando acordo de delação desde 2018 — que só foi homologado, segundo a revista *Época*, depois que ele concordou com acusar grandes escritórios de advocacia. Em troca da delação, Diniz ganha a liberdade e o direito de ficar com cerca de US\$ 1 milhão depositados no exterior, de acordo com a *Época*.

Trechos vazados da delação de Diniz ainda mostram que o empresário foi [dirigido](#) pelo Ministério Público Federal do Rio no processo. Em muitos momentos, é uma procuradora quem explica a Diniz o que ele quis dizer. Quando o delator discorda do texto atribuído a ele, os procuradores desconversam, afirmando que vão detalhar nos anexos.

Date Created

13/11/2020